



LEI MARIA DA PENHA

3ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



Sumário

Título I - Disposições preliminares	04
1. Prólogo da LMP	04
1.1 Case originador da LMP	04
1.2 Tutela constitucional	04
1.3 Tratados internacionais	04
1.4 Objetivos da LMP	05
1.5 Da [in]constitucionalidade da LMP	05
2. Alinhamento a princípios constitucionais	05
3. Mecanismo de interpretação da LMP	06
Título II - Da violência doméstica e familiar contra a mulher	06
Capítulo I - Disposições Gerais	06
1. Âmbitos de configuração da violência doméstica e familiar contra a mulher	06
1.1 Delimitação e incidência da LMP	06
1.2 Identificação dos sujeitos	06
2. Violação dos direitos humanos	08
Capítulo II - Das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher	08
Título III - Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	10
Capítulo I - Das medidas integradas de prevenção	10
Capítulo II - Da assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar	10
Capítulo III - Do atendimento pela Autoridade Policial	11
1. Atribuição para o atendimento	11
2. Proteções especiais	12
3. Atribuições preliminares da autoridade policial	12
4. Atribuições específicas de polícia judiciária	12
5. Afastamento do agressor do lar	16
Título IV - Dos Procedimentos	17
Capítulo I - Disposições Gerais	17
1. Aplicação subsidiária e complementar de outras normas	17
2. Competência dos JVD/DFM	17
2.1 Previsão constitucional	17
2.2 Regulamentação	17
2.3 Competência híbrida do JVD/DFM	17
2.3.1 Competência material	18
2.3.2 Competência territorial	18
2.4 Competência da Justiça Federal	19
2.5 Crime doloso contra a vida	19
2.6 Competência recursal	19
2.7 Inaplicabilidade da lei 9.099/1995	19
3. Renúncia (retratação) à representação	19
4. Vedação a penas pecuniárias	20
5. Sigilo acerca do nome da ofendida	20
Capítulo II - Das Medidas Protetivas de Urgência	21
Seção I - Disposições Gerais	21
1. Atribuições do juiz	21
2. Regramento da decretação da MPU	21
3. Prisão preventiva	22
4. Notificação da ofendida	23
Seção II - Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor	23
Seção III - Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida	25

Seção IV - Do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência descumprimento de medidas protetivas de urgência	27
1. Problemática geradora da necessidade do tipo especial	27
2. Objetividade jurídica	27
3. Objeto material	27
4. Sujeitos da infração penal	27
5. Tipo objetivo	27
6. Elemento subjetivo	28
7. Consumação	28
8. Tentativa	28
9. Competência Antifeminicídio	29
10. Competência para arbitramento de fiança	29
11. Substituição de pena	29
12. Incidência da Lei 9.099/95	29
13. Ação penal	29
14. Classificação jurídica	29
 Capítulo III - Da atuação do Ministério Público	 30
 Capítulo IV - Da Assistência Judiciária	 30
 Título V - Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar	 30
 Título VI - Disposições Transitórias	 31
 Título VII - Disposições Finais	 31
1. Coparticipação de diversos entes	31
2. Compartilhamento de informações estatísticas	31
3. Registro de MPU	32
4. Dotação orçamentária	32
5. Obrigações complementares	32
6. Desnecessidade de comprovação de motivação ou condição da violência	32
7. Afastamento da Lei 9.099/1995	32
7.1 Contornos da Lei 9.099/1995	32
7.2 Consequências da incidência da LMP	32
8. Criação de nova hipótese de admissibilidade da prisão preventiva	33
9. Criação de nova agravante	33
10. Criação de nova qualificadora da lesão corporal	34
11. Programas de recuperação e reeducação	34
12. Publicação, “vacatio legis” e vigência da LMP	35
 Obras consultadas e/ou citadas	 36